



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCIO MOREIRA MARTINS

DITADURA MILITAR: REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

**GUARABIRA - PB
2016**

MARCIO MOREIRA MARTINS

DITADURA MILITAR: REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: História política

Orientadora: Prof^a. Ma. Naiara F.B. Alves

**GUARABIRA - PB
2016**

M234d

Martins, Marcio Moreira

Ditadura militar: reflexões sobre a imprensa no golpe de 1964 / Marcio Moreira Martins. – Guarabira: UEPB, 2016.

24 p.

Digitado.

Monografia (Graduação em História) –
Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof^a. Ma. Naiara F.B. Alves”.

1. Regime Militar. 2. Repressão. 3. Imprensa.
I.Título.

22.ed. CDD 981

MARCIO MOREIRA MARTINS

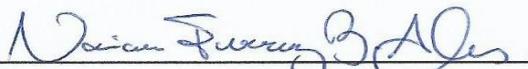
DITADURA MILITAR: REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de grau de licenciado em História.

Área de concentração: História Política

Aprovada em: 25 / 05 / 2016 .

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Naiara F. B. Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Orientadora)



Prof.^o Dr.^a Simone da Silva Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora)



Prof.^a Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora)

Ao meus pais, pela dedicação, companheirismo
e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Altemisa Moreira de Paula e meu pai, Adélio de Paula Martins (*in memoriam*), embora fisicamente ausentes, sentia a presença de ambos ao meu lado, dando-me força.

À Núbia Moreira Martins, irmã e amiga.

À meu Tio Edgar e família, pelo apoio e incentivo aos estudos.

Aos professores do Curso da UEPB, em especial, Fabricio Moraes e Tiago Bernardon que contribuíram para a minha formação através de debates construtivos.

Aos amigos Jefferson Ribeiro, Antônio (Bandeiras) Trajano e Ricardo Marcelo da Costa, pelos momentos de amizade e apoio.

DITADURA MILITAR: REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

Marcio Moreira Martins¹

RESUMO

Nosso estudo pretende abordar o contexto histórico que levou ao golpe militar de 1964, assim como busca destacar algumas das formas de resistência utilizadas contra a opressão do Regime Militar, entre elas, destacamos o papel da imprensa neste processo, que se apresentava dividida entre os que eram a favor e os que seriam contrários ao golpe. Como exemplo de uma escrita de oposição apresentamos a trajetória profissional do cartunista Henfil, que resistiu e criticou o Estado de exceção de várias formas. Ressaltamos que nossas análises foram pautadas em torno de uma discussão da História política abordando as diferentes formas de relações de poder e de atuação a partir das análises e da ótica dos seguintes autores: Napolitano (1998); Toledo (1982); Shidmore (1998).

Palavras-Chave: Regime Militar; Repressão; Imprensa.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão, buscar tratar de temas referentes ao Golpe militar de 1964 ocorrido no Brasil. Em tempos onde o autoritarismo ainda se faz presente em nossa sociedade, se faz de vital importância a reflexão sobre como se deu o regime militar brasileiro, assim como buscar refletir como as informações chegam até o público e o que podemos fazer para filtrar, analisar e questionar.

Deste modo, este trabalho visa expor um breve estudo sobre as razões que levaram ao golpe e os grupos envolvidos; a resistência por parte da população ao autoritarismo; o papel da imprensa nesta situação exercendo a função de ser porta-voz do governo e em outros casos, seu principal opositor e por fim, apresentar um exemplo de resistência, através do jornal alternativo O Pasquim e o trabalho sem igual do Jornalista e cartunista Henfil, que de várias maneiras buscou informar e criticar o poder do Estado, sempre buscando instigar o leitor a reflexão e ao questionamento.

¹ Aluno de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email:

O FURACÃO QUE LEVOU A DEMOCRACIA: O GOLPE MILITAR

Em 1961 ocorre a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, após oito meses de governo, por razões até hoje mal explicadas, o cargo é abandonado, abrindo espaço para que o seu vice-presidente João Goulart assumisse a presidência pelo resto do mandato. Jango, como era conhecido João Goulart, imediatamente torna-se motivo de polêmica no meio político, ele, que não se encontrava no país no momento da renúncia do presidente, era visto com muita desconfiança por parte dos políticos mais conservadores da época, principalmente por suas principais oposições: os partidos PSD e UDN (Jango era filiado ao PTB), que o via como um esquerdista muito simpático as ideias comunistas, difundidas amplamente na época, tendo em vista que o mundo passava pelo que chamamos de Guerra Fria, um conflito político-ideológico entre EUA e URSS, que dividiu a maior parte dos países em simpáticos ou não ao comunismo ou capitalismo.

Neste primeiro momento, percebemos que um verdadeiro complô fora formado contra a posse de Jango, segundo Marcos Napolitano:

Visto pela elite como nacionalista e próximo da esquerda, Jango – como João Goulart era popularmente conhecido – foi impedido de assumir a plenitude do poder, submetendo-se as novas regras do parlamentarismo, instituído por meio de uma emenda constitucional, fruto de manobras políticas dos setores conservadores do poder.

Quando, porém, um plebiscito restituiu ao presidente, a plenitude do comando do governo, em janeiro de 1963, os acontecimentos tomaram um novo rumo(...). (NAPOLITANO, 1998, p.6)

Durante sua gestão, mesmo durante o período em que o parlamento governava de fato o país, o Presidente em exercício, defendia a implantação de um plano de governo chamado de Reformas de Base. Tratava-se de um conjunto de reformas políticas, econômicas, fiscais e sociais que modificariam drasticamente os paradigmas brasileiros, principalmente no que se refere a questão rural, pois as reformas incluíam a polêmica Reforma Agrária. “*Diante da proposta do presidente da República, unem-se proprietários rurais, setores da igreja, congressistas liberais e conservadores, imprensa, etc*” (TOLEDO, 1982, p.31), os grandes agricultores

tinham uma grande resistência a estas mudanças, muito embora as terras não fossem expropriadas ou tomadas pelo governo, pois havia uma proposta de mudança na constituição onde seria instituído o ressarcimento dos agricultores que cedessem parte de suas propriedades as pessoas pobres que buscavam terras para plantar.

Essas medidas nacionalistas causaram rebuliço político, muitos rumores começaram a ser difundidos, algo sobre Jango ser comunista, de querer implantar uma república sindicalista no país (o presidente era muito ligado aos sindicatos de trabalhadores), numa época de dualismo ideológico e econômico, a elite brasileira, assim como, os militares, acreditavam que o capitalismo era o símbolo da liberdade e da produtividade. O fantasma do comunismo pairava sobre república brasileira, deixando desconfortáveis uma parcela muito influente dos habitantes do país e o presidente parecia ser simpatizante das ideias comunistas, que era visto como uma ameaça a “democracia” nacional.

Mesmo assim, o país encontrava-se mergulhado numa crise econômica severa, com baixos índices de desenvolvimento econômico, completamente dependente do capital estrangeiro (EUA), em forma de empréstimos, para movimentar sua economia. O presidente não conseguia agradar a parte da direita que o apoiava, nem a esquerda que se frustrava com as alianças do presidente com o PSD. Logo, temos uma série de grupos descontentes que passam a conspirar contra a gestão de Jango, são eles: Conspiradores ligados a UDN, a oposição militar e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). E em 1964 a situação chega ao seu estopim!

Os acontecimentos do início de 1964 selaram a convergência desses e outros grupos de conspiradores. Uma combinação explosiva de crise econômica (o país não crescia desde 1960, e a inflação chegava a 100% ao ano), crise política (o governo perdia parte de seus aliados no congresso nacional), crise social (os trabalhadores urbanos e rurais cada vez mais se faziam presentes no cenário político) e crise militar (a tropa de subalternos exigia maior participação política) criou o clima para o golpe. (...)
(NAPOLITANO, 1994, P.9-10)

Os inimigos políticos do presidente, articularam um golpe que visava preservar o Brasil de uma possível revolução comunista promovida por João

Goulart, o maior temor da oposição é que nem sequer houvessem eleições em 1965, ironicamente, os conservadores, aliados aos militares, que se julgavam os verdadeiros revolucionários, foram os mesmos que transformaram o sistema democrático do Brasil em uma ditadura que impediu que o povo pudesse votar e escolher seu presidente por 25 anos. O último dia de março foi o prelúdio do que ocorreu em 1º de abril de 1964. “Num documento ‘entregue’ em 31 de março ao presidente da República, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Pery Bevilacqua, assumia o movimento”(…), esse documento buscava impedir a provável instituição de uma “ditadura comuno-sindical” e então em “1º de abril, o Congresso havia aprovado a declaração de vacância da Presidência da República, com apoio de parte do PSD, antigo aliado do PTB de Jango”, o país estava legalmente sem presidente. No dia seguinte, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, seria empossado como presidente.

Outro detalhe que devemos enfatizar é a influência e o apoio dos norte-americanos no processo do golpe. Incluindo, por sinal, uma operação militar de apoio ao golpe, caso houvesse resistência armada, a “operação *Brother Sam*”. “A administração de Lyndon Johnson reconheceu o novo regime no Brasil menos de 48 horas depois de o presidente do Congresso ter declarado vaga a presidência”(SKIDMORE, 1998, p.229).

No dia 9 de abril é eleito pelo congresso o primeiro dos presidentes militares deste novo regime político: o marechal Castelo Branco, que ficaria no poder até 1967, seguido pelo marechal Costa e Silva (1967-1969), general Garrastazu Medici (1969-1974), general Ernesto Geisel (1974-1979) e o último dos militares no poder, general Figueiredo (1979-1985).

Haviam dois problemas cruciais a serem resolvidos: o primeiro tratava-se de encontrar uma forma de conter a crise econômica que assolava o Brasil; a segunda era manter o controle social, ao mesmo tempo que encontravam uma maneira de legalizar as ações repressivas que estariam por vir.

No que se refere a crise econômica, o regime militar obteve um êxito momentâneo, pois conseguiram conter a crise e fazer com que o Brasil voltasse ao caminho do crescimento. A base deste avanço está no apoio financeiro dos EUA, que emprestava volumosas quantias de dinheiro para o país, o que ajudava a manter a economia em movimento, principalmente o setor industrial. Porém, esta melhora não conseguiu chegar a todos, os donos das indústrias e os funcionários

que representavam a mão-de-obra especializada obtiveram ganhos satisfatórios, mas o operário se viu numa situação de arrocho salarial, pois se economizava em folha de pagamento, para investir em máquinas mais modernas para indústria, por exemplo. Vejamos o que nos diz SKIDMORE sobre esta situação que ficara conhecida como o “Milagre Econômico”:

No entanto, a economia próspera (até 1982) fizera com que os salários da reduzida parcela de trabalhadores altamente especializados se elevasse com rapidez, criando grandes diferenças salariais e relativamente pouca mobilidade no mercado de trabalho. Os benefícios do *boom* econômico eram distribuídos de modo muito desigual. (SKIDMORE, 1998, p.253)

Marco Napolitano tem uma conclusão semelhante, mas que explica rapidamente as questões técnicas envolvidas:

Ao burocratizar a gestão econômica e priorizar o desenvolvimento escorado no consumo de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), pouco acessível a maioria da população, o regime militar conseguiu, por um lado, desenvolver o capitalismo brasileiro, mas, por outro, acabou agravando uma tendência histórica: a concentração de renda. (NAPOLITANO, 1998, p.18)

Os salários dos trabalhadores, a muito tempo não acompanhavam os aumentos da inflação, o seu poder de compra era pouco a pouco diluído, gerando a desigualdade social já comentada. Além de ter que lidar com a crise, o governo teria que ter no país, uma espécie de controle social, deste modo “o novo governo tentou administrar a questão social, visando despolitizar as classes trabalhadoras”. (NAPOLITANO, 1998, p.17).

Uma das formas de lidar, tanto com as questões políticas, ensaiando uma legalidade institucional, assim como com a sociedade, foram a criação dos Atos Institucionais (AI). Estes Atos geravam um controle mais centralizado no poder Executivo, de 1966 até 1968, foram editados e implementados cinco Atos Institucionais, dentre eles o mais repressor foi o Ato Institucional 5º, segundo marco Napolitano:

A partir de 13 de dezembro de 1968, o Brasil entrava numa era de “terror de Estado”, tornado legal pela nova lei. Além da cassação de parlamentares e

cidadãos, o AI-5 suspendia o *habeas-corpus* de presos políticos, reforçava a centralização do poder no Executivo federal (diminuindo a força política dos governadores), permitia a decretação de estado de sítio, sem prévia autorização do congresso. Em 1969, o governo regulamentou a censura prévia sobre os meios de comunicação e sobre os produtos culturais como um todo. (NAPOLITANO, 1998, p.33)

Isso incluíam a questão da propagação de informações para sociedade através dos jornais, que apresentava, quase sempre o ponto de vista do Estado. Os outros AI's, aboliram as eleições para governadores e presidente, assim como dissolveram praticamente todos os partidos políticos, validando apenas dois: ARENA (Aliança renovadora Nacional), que representava o governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ou seja, a oposição. As eleições passariam a ser indiretas e sempre se arranjava uma forma para que os militares vencessem, deste modo, por vinte e um anos apenas militares foram eleitos presidente. Essas medidas tinham como função principal pôr em prática a Doutrina de Segurança Nacional, que visava conter a ação dos comunistas em países subdesenvolvidos, assim sendo, significava “a militarização do Estado nacional e a vigilância constante sobre qualquer cidadão que pudesse se constituir em inimigo interno “a serviço do comunismo internacional”(NAPLITANO, 1998, p.22).

Em meio a toda essa opressão, o povo brasileiro resistia de várias formas, nessa frente de resistência temos alguns grupos que se destacaram. Dentre eles, podemos citar o movimento estudantil, mais notadamente a UNE (União Nacional dos Estudantes); o movimento sindical, que através de protestos por melhores salários e condições de trabalho, ajudavam a população a enxergar as falhas do governo; a Igreja Católica, as comunidades eclesiais exerceram um papel fundamental perante a sociedade oprimida; a Guerrilha, um movimento representado por vários grupos armados que buscavam libertar o país através da guerrilha urbana e rural, um dos seus principais representantes foi Carlos Marighela, principal líder do grupo chamado Ação Libertadora Nacional (ALN), além dos artistas da época, que denunciavam de forma inteligente, em suas canções, livros e artigos, a repressão do governo.

O governo, cada vez mais repressivo e violento, designou departamento especial para lidar com as investigações a respeito dos “inimigos subversivos”, o DOI-CODI (Departamento de Operações Internas-Comando de Operações de

Defesa Interna), que gozava de grande autonomia de ação. O que acabou gerando um clima de terror, pois práticas, muitas vezes desumanas, eram utilizadas, como a tortura física e psicológica, que era utilizada com o propósito de arrancar confissões de crimes políticos, muitas dessas prisões e torturas acabavam com a morte dos acusados.

Diante desse cenário desolador, muitos brasileiros acabavam partindo para o exílio fora do país, decepcionados com o governo e temendo por suas vidas, pois muitos eram considerados inimigos do Estado, partiam na esperança de que um dia tempos melhores viriam. Segundo SKIDMORE:

Os brasileiros começaram a partir para o exílio já em 1964, mas o fluxo acelerou-se em 1968-1969. Entre os que partiam encontrava-se políticos esquerdistas, intelectuais, acadêmicos e artistas – todos convencidos de que não havia escolha a não ser reconstituir suas vidas fora do Brasil. (SKIDMORE,1998, p. 243)

Mesmo entre os militares, havia discordância entre suas ideias e métodos de governo. Alguns acreditavam que esta situação, onde o poder deveria continuar concentrado nas mãos do estado, deveria perdurar por um período indeterminado, já outra parcela acreditava que este regime deveria ser algo momentâneo e que no momento certo deveria ser entregue a sociedade civil o controle dos rumos políticos do país. Este dilema gerava um intenso conflito interno, que era sempre mais evidente nos momentos em que havia uma transição de um presidente para outro. O jogo político interno era movido por um conflito de ideias e haviam tendências muito bem definidas entre os militares, os mais extremistas eram chamados de “linha dura”, um grupo que enaltecia o autoritarismo e a repressão, apoiando cada vez mais a permanência e a centralização do governo, mas haviam grupo moderados, chamados de palacianos e castelistas (ligados ao presidente Castelo Branco), que eram a favor da abertura política.

Essas divergências internas somadas aos movimentos populares que ressurgiam com tudo no fim da década de 70, pressionava cada vez mais o governo a tomar uma decisão com relação ao processo de abertura e transição política do poder para os civis, soma-se a este cenário o retorno da crise econômica, desencadeada por duas altas do preço do petróleo (uma em 1973 e outra em 1979), que o Brasil importava em grandes quantidades. A inflação volta a crescer e em um

país em que a classe trabalhadora já sofria com uma economia voltada para poucos, entra em caos, quando esses poucos também começam a sentir o peso de uma economia em crise.

Nas ruas o povo clamava por eleições diretas, na esperança de eleger um candidato digno de sua confiança, que se preocupasse realmente com os problemas do povo, era o movimento “Diretas Já!”, que tinha agora, muitos grupos sociais envolvidos e alguns partidos políticos que passaram a ser formados novamente com o fim do AI-5 em 1978, dentre esses partidos podemos destacar o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Finalmente, em 1985, pressionados de várias formas pelo povo e desgastado em suas bases, o regime militar, em mais uma eleição indireta, acaba por eleger um presidente civil, Tancredo Neves, que representaria um novo começo e que seria aquele que iria institucionalizar a volta das eleições diretas. Porém, devido a problemas de saúde, quem acaba assumindo é o seu vice: José Sarney, sendo o primeiro presidente civil em 21 anos e pondo fim ao regime militar Brasileiro.

A IMPRENSA DURANTE O REGIME MILITAR

Durante o regime Militar uma das condutas mais presentes, foi o ato da censura por parte do governo aos veículos de informação. A imprensa estava impedida de difundir uma versão dos fatos que não fosse de comum acordo com o que o Estado queria que fosse divulgado, ou seja, nenhuma informação que fosse oposta as doutrinas do mesmo, muito menos alguma forma de questionamento aos métodos empregados pelo governo para estabelecer a ordem no país.

Ao longo dos vinte e um anos do Regime Militar, a imprensa assumiu vários papéis perante a sociedade e o Estado, as vezes a favor, as vezes contra o regime, percebe-se que era muito dividida. Por tratar-se de um ramo tão diversificado, cada jornal da época assumia uma posição diferente e procedia de formas diferentes frente a situação na qual encontravam-se.

Diante do golpe, foram poucas as manifestações contra as ações dos militares, a imprensa em sua grande maioria, pouco protestou sobre o que estava acontecendo. “Boa parte da imprensa apoiou o golpe. Os casos mais famosos foram

os dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*” (...)(NAPOLITANO, 1998,p.12).

Mas essa postura muda a partir do momento em que o governo, em meio a sua repressão desenfreada a todos que pudessem ameaçar seu modelo de Estado baseado na ordem e controle social, passa perseguir os jornais. Uma das metas do governo para controlar a sociedade, como já dito antes, é a despolitização do povo, a alienação, a imprensa era um formador de opiniões que precisava de controles mais rígidos, para que não pudesse ameaçar o governo, por isso:

Se em 1964 a maior parte da imprensa liberal, composta pelos grandes jornais diários, apoiou o golpe, a *Lei de Imprensa*, decretada no início de 1967, causou grande mal-estar entre os jornalistas e entre os próprios donos de empresas jornalísticas. A edição final da lei acabou acatando algumas modificações propostas pela imprensa, mas isso não dissipou por completo o mal-estar causado pela imposição do decreto governamental. Mesmo longe da radicalização da oposição estudantil, a imprensa passou a dar mais espaço as críticas ao governo e ao regime. (NAPOLITANO, 1998, p.24)

Esta lei era uma afronta a liberdade de expressão e limitava a questão dos financiamentos dos jornais. Um dos artigos da lei que mais impactou a imprensa foi um que prevê “a possibilidade de apreensão e destruição de impressos, contrariando claramente a liberdade de informação jornalística e vedação à censura”(…)(MELO, COUTINHO, 2009).

Muitos jornalistas e jornais sofreram coma censura prévia, que fazia com que suas matérias fossem descaracterizadas antes de serem publicadas, importantes “órgãos da imprensa, como o jornal *O Estado de S. Paulo* e o semanário *Veja*, ficaram sujeitos a censura prévia (o que significava que seus textos deveriam passar por um censor do Exército)”(SKIDMORE, 1998, p. 232).

Um dos principais departamentos responsáveis pela censura sistemática no Brasil foi o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), censuravam filmes, músicas e matérias dos jornais.

O JORNALISMO ALTERNATIVO: O PASQUIM NA LUTA CONTRA O GOLPE

Diante de uma imprensa que se via de mãos atadas, muitos jornais apoiaram o golpe, ou ao menos não manifestaram opinião alguma a respeito da repressão. Surgi, então, timidamente, mas logo tomando espaço em meio aos civis, um conjunto de jornais Alternativos. Um tipo de jornalismo de esquerda que provocava a população a questionar os padrões estabelecidos, insuflando a ira dos partidários ao governo e os militares, que entendiam esses jornais como focos comunistas e perturbadores da paz.

Visto muitas vezes, como ameaça ao modelo de família da época, a ordem nacional e ao modelo alienante de governo, os jornais alternativos passaram por muitas dificuldades, sejam elas financeiras ou perseguições sofridas pelos militares que não mediram esforços para se fazer cumprir a sua lei.

Os jornalistas mais ousados responderam a pressão do governo criando uma “imprensa alternativa”, principalmente os semanários, como *Opinião e Movimento*, que eram abertamente oposicionistas, e, em resposta, enfrentaram censura freqüente e em grande escala. Essas publicações, contudo, mantinham vivo o espírito crítico e eram uma alternativa importante em relação ao exílio para os jornalistas da oposição. Curiosamente, a imprensa alternativa morreu no clima mais livre da transição para o governo eleitoral, encerrando, assim, um dos mais criativos capítulos na história do jornalismo brasileiro. (SKIDMORE, 1998, 242)

Dentre os vários títulos, havia um que se destacou mais, chamando a atenção, principalmente, devido ao humor escrachado e a acidez de seus comentários e matérias. “O mais famoso jornal ‘alternativo’, ou ‘nanico’ (também chamado assim porque seu formato era reduzido) foi *O Pasquim*, criado por alguns humoristas cariocas em 1969”(NAPOLITANO, 1998, p. 46). O humor era a chave para as suas publicações, que seguiam uma linha completamente oposta aos jornais de direita ou da grande mídia. O engajamento esquerdista do Pasquim era evidente e contribuía para a sociedade estar ciente de um tipo de jornalismo que não baixava a cabeça para a repressão dos militares, pelo contrário, criavam formas de enfrentá-los.

A imprensa alternativa foi uma forma de ativismo político que o Estado não estava definitivamente preparado para lidar, para tal situação só havia uma linguagem empregada pelo governo: a violência. De várias maneiras os censores reprimiam esses jornais, que tinham picos de vendas que chegava a incomodar a grande mídia do período. “O PASQUIM propagou, a partir daquela compacta zona intelectual-boêmia do Rio, uma contracultura, alternativa tanto a cultura da ordem estabelecida como a cultura oficial de esquerda” (KUCINSKI, 2001, p. 107).

Os alvos principais do jornal citado eram a “ditadura militar (...), a classe média moralista e a grande imprensa”(KUCINSKI, 2001, p. 107). Os principais nomes envolvidos no jornal eram: Ziraldo, Jaguar, Sérgio Cabral, Tarso de Castro, Prospero, Claudius, Millô Fernandes e Henfil. O último citado, recebe destaque neste artigo, pois desde o início de sua carreira como cartunista, conseguiu sempre inovar com seus personagens críticos, ácidos e inteligentes, atingindo o público de outras formas, como veremos logo adiante.

HENFIL: PLURALISMO CRÍTICO E ARTÍSTICO NO REGIME MILITAR

Henrique de Souza Filho, também conhecido como Henriquinho, mas também conhecido como Henfil, nasceu no dia 5 de fevereiro de 1944 e apesar de ter iniciado um curso de Sociologia na UFMG, não chegou a concluí-lo, resolveu enveredar por outra área.

Foi através da arte, que Henfil conquistou seu público, era um cartunista sem igual, autêntico, sempre muito crítico e politizado, seus cartuns eram sempre carregados de críticas sociais e políticas. Mas foi no *O Pasquim* que seu potencial fora explorado ao máximo! Junto com outros grandes mestres dos cartuns, como Ziraldo e Jaguar, Henfil, por vários anos, principalmente na década de 70, desenvolveu e lapidou o seu estilo de humor e suas idéias políticas. Por tratar-se de um jornal de esquerda, que contestava o Estado, o título era pressionado e perseguido, mas desde o início gozou de grande popularidade entre os leitores. Era uma chacota sobre o Estado, O Pasquim transformava a opressão em comédia, seguindo a linha do humor negro que acabou sendo a característica principal em suas matérias, entrevistas e cartuns.

Era uma pequena parte do jornal, mas os quadrinhos ali expostos carregavam críticas duras e muito bem-humoradas a respeito do regime militar, seu autoritarismo e os problemas que o povo enfrentava. Henfil conseguia pôr no papel, muito do que o inquietava, um dos temas tratados em sua arte era o controle dos valores impostos a sociedade por parte do estado, o questionamento do modelo de família e do cidadão ideal.

Foram muitos os personagens criados, dentre os mais populares podemos citar “Os Fradinhos”, uma homenagem aos monges dominicanos que Henfil tanto respeitava, mas que nas tiras de jornal, eram bem peculiares, um representando a bondade e a inocência, o outro representando o pessimismo e a malícia, dois lados da mesma moeda que se complementam inteiramente.

Embora seja conhecido por seus desenhos, Henfil explorou outras áreas das artes, como o teatro, o cinema e a literatura. Muito do que escrevia era autobiográfico, baseando-se em suas inúmeras viagens pelo Brasil e pelo exterior. Dentre suas publicações podemos citar Diário de um cucaracha, que fala do período em que foi aos EUA (de 1973 a 1975) para tratar-se da sua Hemofilia e tentar emplacar sua arte no humor norte-americano. A experiência não foi muito proveitosa, do ponto de vista profissional, já que os norte-americanos não aceitaram muito bem o tipo de humor produzido pelo artista. Muitas outras obras foram produzidas pelo cartunista: Henfil na China, Hiroshima Meu Humor, Cartas a Mãe, dentre outros.

É importante entender que a política e a crítica social se faziam muito presentes nas produções do Henfil e que sua escrita era direcionada para uma reflexão dos tempos em que vivia, ou seja, a opressão do regime militar. Por tanto, muitos temas abordados eram intimamente ligados ao cotidiano do artista, como o caso da luta pela anistia dos exilados políticos, Henfil possuía um irmão ligado aos movimentos de guerrilha, Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho. No início da década de 70, Betinho parte para o exílio, morando em vários países, sua partida, assim como as menções a sua falta sentida por Henfil estão presentes na coluna escrita pelo artista na Revista Isto É, chamada Cartas a Mãe, que depois seriam reunidas em um único livro. Esta coluna tratava-se de um espaço onde supostamente, em um tom bastante íntimo, o autor escrevia cartas a sua mãe, falando sobre problemas e questões que o inquietava, interessante notar que as

críticas ao regime militar eram freqüentes e a menção ao irmão também, como no trecho selecionado abaixo escrito em 1977:

A senhora sempre disse que o Natal só é bom, com a família reunida, que é muito triste ficar contando as cadeiras vazias na ceia da meia-noite-feliz. Pois parece que, por mais um ano, na nossa mesa não poderão estar presentes Betinho e Maria. E, como na nossa, noutras tantas mesas de Natal pelo Brasil afora cadeiras ficarão vazias, viúvas de vivos. (HENFIL, 1986, p.54)

Um fragmento de uma de suas cartas onde não só é lembrada a falta do irmão, como também a falta que muitas famílias tinham de seus entes queridos que, ou estavam presos, ou partiram para o exílio.

As Cartas a Mãe tinham um conteúdo crítico muito grande, eram versáteis e abrangentes, contemplando a realidade da época como poucos conseguiam. Um dos pontos mais impactantes para a imprensa nacional da época, era a censura, não só dos jornais, mas de filmes e músicas e como bom filho que era, Henriquinho não poderia deixar de falar a respeito, vejamos o que nos diz uma de suas cartas de 1977:

Mãe,

Nem te conto! Acabou meu problema de não poder ver certos filmes ou de ver filmes cortados! Como não pensei nisso antes? Me matriculei num curso preparatório de censores.

Claro! Agora vou poder ver o balé Bolshoi e – quem sabe? – as letras daquele disco do *Milton Nascimento, O Milagre dos Peixes*. Talvez até a capa do disco *Calabar*, do Chico, já pensou? (HENFIL, 1986, p. 34)

Desta forma bem-humorada, Henfil criticava a tudo e a todos em plena ditadura, incrivelmente não foram censuradas, as Cartas a Mãe, o que possibilitava uma maior divulgação das suas idéias. Mas em muitas ocasiões a seriedade tomava conta de seu discurso de forma contundente e emocionante, como em uma de suas cartas de 1978, onde a princípio criticava a dublagem dos filmes e em um determinado momento percebemos que aquilo era apenas uma estratégia para falar ao leitor sobre a situação atual do povo e da sua impossibilidade de se expressar:

Talvez o desespero que toma conta da gente, quando vê um filme dublado, seja apenas identificação. Nossa situação é a mesma, mãe! Nunca notou que a voz do povo brasileiro é dublada a anos? Que a minha voz, a voz da senhora, do Carlito, da Regina, do Alfredo, da Jane, da Nelma, do Humberto, do Ivan a voz de 110 milhões de Brasileiros é feita pelo mesmo dublador? HENFIL, 1986, p. 73)

Em Diário de um cucaracha (1983), Henfil, nos mostra uma perspectiva diferente do sistema capitalista e serve a ele como experiência e descoberta do Brasil fora dele, como observar e pensar fora da caixa. As experiências relatadas nas cartas publicadas na obra citada, ocorreram antes da coluna Cartas a Mãe, em um momento em que o regime endurecia cada vez mais a repressão sob os jornais alternativos, neste trecho de carta de 1973 podemos notar o choque cultural sofrido pelo artista ao poder assistir ao um filme:

Sexta-feira fui ao cinema! Aleluia! Pela segunda vez desde que cheguei. É que O Último tango em Paris passou no cinema aqui ao lado, e ademais, como é em francês (que entendo mais) com legenda em inglês (consigo ler mais que ouvir), a coisa ia ser mais fácil.

Fiquei decepcionado. Talvez pela expectativa que a gente aí no Brasil tem por esse filme, proibido para nós. (...) (HENFIL, 1983, p.87)

Assim como podemos notar o desabafo sobre a censura da época sobre seus textos e cartuns:

Vamos ao melê: a censura tá de matar. Eu, por mim, nem sinto mais. Já estou curtindo demais para sentir o golpe. Seria surpresa é se abrandasse. Censurar é a única função da censura. Querem o quê? Aprendi a respirar pelos fundos. Vamos ver se o pessoal aí que é dado a reações explosivas nestes momentos, saberá enfrentar o desafio. Demissão não resolve. Fechar o Pasquim a censura não quer. Quer que o próprio Pasquim se feche. Que deve de dar vontade, deve.

Apesar da desilusão, vou continuar a mandar os trabalhos e triplicar a produção. Mas quanto mais trabalho, mais consciente fico e mais cartuns críticos produzo, que serão então mais cortados ainda. (HENFIL, 1983, p. 85)

A luta dos jornais alternativos era intensa, frenética, ousada, repleta de impedimentos por parte do governo, mas era genuína, atingia a massa e numa época em que a justiça se confundia com injustiça, conseguia fazer o que muitos jornais deixaram de fazer na época: informar e resistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regime Militar chega ao seu fim em 1985, Henfil morre em 1988, O Pasquim deixa de circular em 1994. As heranças deixadas pelo período ditatorial, ecoam nos dias atuais quando percebemos que existem saudosistas desta época, assim como muitas praticas permaneceram, como a violência por parte de alguns militares em seu ofício. Em tempos de velocidade da informação, com o advento da internet, cada vez mais os jornais impressos são menos lidos, mas ainda permanecem informando e buscando essas informações de diversas formas.

Os jornais não deixaram de serem formadores de opiniões sobre política, moda, costumes. Continuam exercendo influência sobre nossa sociedade, algumas vezes essa influência leva a reflexão da própria sociedade, em outros casos, leva a alienação, direcionando o pensamento do leitor para a mesma posição do veículo de informação.

Percebemos que as duas versões de imprensa coexistiram nos tempos da ditadura, antagônicas, mas necessárias para o amadurecimento intelectual da sociedade que buscava um norte a seguir em tempos onde o Estado tentava apontar um único caminho. Percebemos que a imprensa acaba por exercer papel fundamental ao resistir as pressões impostas pelo governo, na sua missão de informar, as vezes se perdiam em suas palavras, mas cada veículo de informação, com a sua linguagem própria ajudaram a construir uma época onde o povo passou a questionar a ordem estabelecida e a lutar pela quebra do regime militar, seja de forma mais séria ou mais descontraída, o jornalista soube utilizar as várias formas de linguagem para se comunicar com o Brasil, seja através dos cartuns, ou por cartas a mãe. Neste ponto o Henfil inovou e revolucionou as formas de informar e se impor politicamente, pois informar nos tempos da ditadura não trata-se de ser imparcial, mas de iluminar um período sombrio da história do Brasil.

ABSTRACT

The following paper presents a brief overview about the historical context that led to the military coup in 1964, and aims to highlight the many forms of oppression resistance experienced by the Brazilian people. Among these forms of resistance, we emphasize the role of the press in this historical period presenting two types of media: one in favor and one against the coup and the military forces. Emphasizing the resistance to the military regime, we use the professional career of the cartoonist Henfil as example, who resisted and criticized the state in various ways.

Keywords: Military Regime. Repression. Press.

REFERÊNCIAS

HENFIL. **Cartas a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HENFIL. **Diário de um cucaracha**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 2001.

MORAES, Dênis de. **O rebelde do traço: (a vida de Henfil)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

NAPOLITANO, Marco. **O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. São Paulo: Atual, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1982.